



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA  
CÂMARA MUNICIPAL DE  
FREIXO DE ESPADA À CINTA  
REALIZADA NO DIA SETE DE  
ABRIL DO ANO DE DOIS MIL  
E QUINZE.**

----- No dia sete de abril do ano dois mil e quinze, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Prof. Artur Afonso Nunes Neto Parra, senhor Fernando António da Silva Rodrigues, senhor José Manuel Caldeira Santos e Dr. Pedro Miguel de Sá Mora. -----

----- Secretariou: Fernando Augusto Xambre Pires, Técnico Superior do Município. -----

----- E sendo nove horas e trinta minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

**ORDEM DO DIA**

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia dois do mês de abril do ano dois mil e quinze que acusa o saldo disponível de: -----

**Dotações Orçamentais** – Duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis euros e quarenta e dois cêntimos. -----



---

**Dotações não Orçamentais** – Duzentos e sete mil, setecentos e noventa e dois euros e setenta e um cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária realizada no dia vinte e quatro de março do ano de dois mil e quinze, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

## **01 – COMPETÊNCIA EXCEPCIONAL DECISÕES**

----- **Despacho datado do dia vinte e seis de março do presente ano que concedeu o alargamento de horário ao Café Zona Verde do dia vinte e sete de março para o dia vinte e oito de março em mais duas horas.** -----

----- **Despacho datado do dia dois de abril do presente ano que concedeu o alargamento de horário ao Café Zona Verde do dia três de abril sexta-feira para o dia quatro de abril sábado e do dia quatro de abril sábado para o dia cinco de abril domingo em mais duas horas.** ---

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os despachos em apreço. -----

## **02 – OBRAS PÚBLICAS**

### **EMPREITADAS**

----- **“PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO FREIXO SITUADO JUNTO À TORRE” – APROVAÇÃO DO PARECER PRÉVIO – PROPOSTA:** A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, com a abstenção dos Vereadores senhores José Manuel



---

Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar o parecer prévio da empreitada em título referenciada. -----

----- **“PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO FREIXO SITUADO JUNTO À TORRE” – APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO – PROPOSTA:** A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora aprovar as peças do procedimento da empreitada em título referenciada. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente à questão da preservação do Freixo, que julgo ser centenário, sou do parecer que deve ser preservado, já na última vez que veio à Reunião Câmara a questão de o preservar também falámos nisso, também fui a favor disso mas, levantei algumas reservas relativamente à forma como o iriam fazer e que não viesse o tratamento dar cabo, eventualmente, daquilo que ainda existia. -----

----- No entanto, quero dizer sim senhor, sou a favor da preservação do Freixo mas não a qualquer preço. -----

----- Aquilo que se está a verificar aqui, relativamente aos valores que nos foram comunicados é que possivelmente o Freixo está a dar para muita coisa que alguém vai beneficiar disso, sendo certo que poderia haver um tratamento a menos custos e, portanto, numa altura em que a Câmara Municipal está a fazer contenção de custos, isso é visível, também nesta situação deveria haver a dita contenção para que a população possa entender que a preservação é efetiva, que é para que o Freixo que é um marco de alguma forma histórico, se mantenha e que portanto não venha a servir de fonte de receita para alguém que, eventualmente, se quer servir disso, é aquilo que eu tenho que dizer”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Quanto ao alguém estar-se a servir disso, duvido, até porque é uma Universidade que está a tratar do assunto, estão entusiasmados, já envolve muita gente, inclusive uma Universidade do Algarve, uma professora da Universidade do Algarve e além disso Freixo, embora tenhamos contenção de custos mas, nós temos que apostar naquilo que temos de único para podermos atrair gente a Freixo, por isso temos que fazer a divulgação do Freixo, temos que tratar dele, porque só nós é que



temos uma árvore daquelas mais ninguém, a árvore é única no País, com a idade que tem é a única no País. -----

----- Temos que aproveitar tudo o que de bom e que seja só nosso em Freixo para podermos atrair gente ao nosso Concelho se não, não vamos lá”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Senhora Presidente é assim: Eu quando falo desse aproveitamento sei aquilo que estou a dizer e, sei aquilo que estou a dizer porque tenho exemplos de que a Universidade já fez muita coisa boa mas, já fez muita coisa má que levou a que os agricultores de Freixo tivessem sentido na pele aquilo que foi um erro crasso da Universidade de Trás-os-Montes. -----

----- A Universidade de Trás-os-Montes fez um estudo e elaborou um projeto para a Suvidouro, um projeto que deveria ter culminado que no final dava para fazer ácido tartárico e outros produtos e que nunca dali saiu nada e foi um projeto de milhões. -----

----- A Universidade andou a fazer um projeto de milhões para a Suvidouro, da qual sou testemunha disso e, no final nem um quilo de ácido tartárico conseguiram fazer. -----

----- Portanto, cuidado, é por isso que falo, cuidado porque a Universidade pode, eventualmente, estar aqui também a querer tirar partido de uma coisa que, eventualmente, deve ser encarada a sério e deve ser preservada. -----

----- É aquilo que eu digo, sou a favor que se preserve, não sou a favor que, eventualmente, a custos daquilo que eu já estou a verificar, catorze mil euros para fazer esta nova fase e que a outra também já teve custos, julgo que é exagerado e portanto a Universidade deve prestar serviço e não serviços de coisas que, eventualmente, têm que ser preservadas”. -----

----- **“PRESERVAÇÃO, VALORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO FREIXO SITUADO JUNTO À TORRE” – ABERTURA DE PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO – PROPOSTA:** Pela Senhora Presidente da Câmara foi apresentada uma proposta no sentido de se proceder a um ajuste direto nos termos da alínea a) do número um do artigo dezasseis e alínea a) do artigo vinte do Código dos Contratos Públicos, tendo em vista a “Preservação, Valorização e Divulgação do Freixo situado junto à Torre”. -----



---

----- Mais, foi ainda proposto que fosse convidada a apresentar proposta: -  
----- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Santos que referiu: “Relativamente a este procedimento por ajuste direto eu quero dizer que vou votar contra o ajuste direto não porque entenda que as coisas, se calhar desta forma até podem ser vantajosas mas, pelo facto de que no passado recente não fui informado da melhor forma e portanto não vou votar favoravelmente este ajuste direto, nem qualquer outro até, efetivamente, julgar que de facto estou a ser devidamente informado”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, aprovar as propostas em apreço, bem como o respetivo caderno de encargos e o convite à apresentação de proposta. -----

### **03 – OBRAS PARTICULARES**

#### **PARA APROVAÇÃO DO PROJETO DE ARQUITETURA**

----- De **VALDEMAR HUMBERTO LOPES**, para remodelação de um anexo sito no Lugar da Estação da Freguesia de Lagoaça a que corresponde o processo de obras número cinquenta e três barra dois mil e nove. -----

----- Atenta a informação número cinquenta e sete barra dois mil e quinze, datada do dia vinte e três de março do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade reprovando o projeto de arquitetura em apreço. -----

----- De **SETEBAGOS, VINHOS LDA**, para construção de um armazém e comércio de produtos vînicos, sito em Vale de Rotais desta Vila a que corresponde o processo de obras número noventa e um barra dois mil e nove. -----

----- Atenta a informação número cinquenta e seis barra dois mil e quinze, datada do dia vinte e três de março do presente ano, da Divisão Técnica de



---

Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade reprovar o projeto de arquitetura em apreço. -----

----- **De NUNO MIGUEL MORENO PENA**, para construção de uma habitação0 sita no Cabeço da Forca desta Vila a que corresponde o processo de obras número cinco barra dois mil e catorze. -----

----- Atenta a informação número sessenta e oito barra dois mil e quinze, datada do dia trinta e um de março do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto de arquitetura em causa e notificar o impetrante de que deverá requerer a aprovação dos projetos das especialidades no prazo de seis meses, sob pena de caducidade, em conformidade com o disposto nos números quatro e seis do artigo vinte do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco barra noventa e nove de dezasseis de Dezembro, alterado e republicado pela Lei número sessenta barra dois mil e sete de quatro de Setembro. -----

## PARA DELIBERAÇÃO FINAL

----- **De FRANCISCO MARIA VARANDAS**, para reconstrução de uma garagem sita na Rua do Armazém em Ligares cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de Câmara realizada no dia dez de agosto do ano de dois mil e nove. -----

----- Atenta a informação número sessenta e seis barra dois mil e quinze, datada do dia trinta e um de março do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em causa e notificar o requerente que deverá requerer, no prazo de um ano a contar da data de notificação do ato de licenciamento ou autorização a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos legalmente exigíveis nos termos da Portaria número duzentos e dezasseis traço E barra dois mil e oito de três de março. -----



---

## 06 – REQUERIMENTOS DIVERSOS

----- De **CRISTIANO MENESES SENDIM**, solicita constituição de propriedade horizontal do edifício sito na Rua da Boavista desta Vila. -----  
----- Atenta a informação número setenta e cinco barra dois mil e quinze, datada do dia dois de abril do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----

----- De **FRANCISCO ERNESTO BATISTA**, solicita pedido de informação prévia para construção de um edifício misto para habitação e comércio, sito na Avenida Guerra Junqueiro desta Vila. -----  
----- Atenta a informação número sessenta e nove barra dois mil e quinze, datada do dia vinte e sete de março do presente ano, da Divisão Técnica de Obras, Urbanismo e Habitação, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer desfavorável. -----

----- De **VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS**, solicita licença especial do ruído para realização de espetáculo de circo. -----  
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----

----- De **VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS**, solicita licenciamento de recintos itinerantes para realização de espetáculo de circo. -----  
----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade deferir a pretensão em apreço. -----

----- De **VICTOR MANUEL DA COSTA SANTOS**, solicita isenção de taxas de licenciamento para a realização do espetáculo de circo. -----  
----- Depois de analisado o requerimento e, em virtude de a Câmara Municipal não poder isentar pessoas coletivas com fins lucrativos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade indeferir a pretensão em apreço mais deliberando ainda comprometer-se a adquirir um espetáculo de circo, em um dia a combinar, para oferecer aos alunos do pré-primário,



ensino primário e utentes da Santa Casa da Misericórdia de Freixo de Espada à Cinta. -----

## 08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **ATRIBUIÇÃO DAS DENOMINAÇÕES TOPONÍMICAS – ALTERAÇÃO - PROPOSTA:** Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de alteração das denominações toponímicas e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente à toponímia ficou bem claro na minha proposta realizada no dia em que a toponímia veio a reunião de Câmara e não posso conceber, de forma alguma, que se mantenha a Avenida de Espanha no local onde está proposto aqui, assim como também não posso conceber que se mantenha a Avenida de Espanha e se retire a Avenida de Portugal e não se dê o nome de Avenida de Portugal em qualquer lado. -----

----- A minha proposta julgo que era a mais correta, porque Freixo foi crescendo, o nome de Avenida Guerra Junqueiro foi dado à Avenida que, eventualmente, vinha do Carrascal até à Faceira, mais ou menos e não chocaria nada de facto dar o nome de Avenida de Portugal à saída Norte e o nome de Avenida de Espanha à saída Sul, portanto, essa era a nossa forma de ver e seria a melhor forma para resolver o problema das duas Avenidas, Espanha e Portugal em igualdade de circunstâncias. -----

----- Portanto, nós face a isso não vamos votar favoravelmente a toponímia por esse facto e portanto ficará esta toponímia apenas suportada pelo Executivo que tem a maioria”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, aprovar a proposta de alteração das denominações toponímicas, mais deliberando anda submeter a presente proposta à discussão e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----





---

**----- DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2014 – DISCUSSÃO E APROVAÇÃO:** Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foram presentes os documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao ano de dois mil e catorze e que aqui se dão por transcritos ficando um exemplar dos mesmos arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente solicitou a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente às contas de gerência de dois mil e catorze, tenho a dizer que em meu ver elas se encontram, como sempre, devidamente apresentadas, portanto, não temos nada que dizer acerca da elaboração das contas, no entanto, nós temos que justificar o nosso voto. Nós vamos votar contra as contas, não pela forma de elaboração das contas mas, pelo facto de que as contas espelham situações que nós durante várias situações viemos alertando em relação à legalidade.

----- Portanto, é o nosso motivo de votar contra e não o relatório de contas em si porque, de facto, está elaborado conforme a Lei, elaborado por Técnicos que nos dão confiança portanto, tudo bem. -----

----- Damos conta que, de facto, há aqui em dois mil e catorze uma forte contenção, uma contenção talvez até exagerada porque, atendendo a que o PAEL e o Reequilíbrio justificavam o abrandamento da dívida em dez por cento, esses dez por cento são ultrapassados e, portanto acho que não haveria necessidade de parar as coisas da forma como estão a ser paradas, aliás, tenho conhecimento de que o Executivo poderia ter cativado uma verba em Overbooking do Quadro Comunitário anterior e que não o fez desculpando-se que, efetivamente, não haveria condições para levar por diante um projeto ou uma recuperação ou se, eventualmente, estivesse e tinha, de facto, o Município tinha um projeto aprovado, tinha um projeto que foi candidatado e que poderia muito bem levá-lo por diante atendendo a que os custos eram relativamente baixos e estou a falar, exatamente, na obra da variante a Freixo. -----

----- Há um projeto na Câmara, foi feita uma candidatura que na altura não avançou por falta de verbas no quadro, depois veio sobrar dinheiro e todas as Câmaras, praticamente, aproveitaram esses fundos e a Câmara de Freixo não abdicou, claramente, desses fundos. -----

----- Depois dizer que os números em termos de conta de gerência não mentem, os números vêm sempre dar razão a quem a tem e temos aqui, claramente, aquilo que nós sempre dissemos, é que havia fundos



---

comunitários a receber que eram superiores até àqueles fundos comunitários que ficou bem claro, em dezembro de dois mil e treze e, portanto, aqui está evidenciado que uma grande fatia da diferença da dívida relativamente a dois mil e treze tem a ver com o recebimento de um milhão, trezentos e um, quinhentos e noventa e sete ponto setenta e seis, depois esses resultados extraordinários e também aquela questão das Águas de Trás-os-Montes da qual o Executivo recebeu as rendas vincendas e as rendas vencidas, portanto, claramente vem dar razão, aqui os proveitos deferidos dizem, exatamente, aquilo que nós sempre dissemos e que põe exatamente a dívida nos valores de que sempre falámos. -----

----- Por isso julgo que toda esta forma de fazer passar de que o Município não tem dinheiro, ou melhor, não se faz nada porque não tem dinheiro, isso não corresponde à realidade, não corresponde à realidade porque o Município está numa situação, depois do PAEL e depois do Reequilíbrio Financeiro, o Município está numa situação completamente diferente daquela que, eventualmente, herdou em dois mil e treze, ou melhor, está em relação ao Executivo anterior numa situação completamente diferente e que poderia, eventualmente, dar para fazer muito mais do que aquilo que está a fazer e isso traduz-se exatamente na questão dos empréstimos do Reequilíbrio Financeiro e do PAEL em que o Município neste momento em termos de amortização de capital praticamente ainda nada fez, ou seja, os empréstimos têm carência, o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos teve carência de um ano e os empréstimos das Caixas de Crédito Agrícola têm carência de cinco anos, ou seja, o Município em termos de amortização ficou completamente aliviado, aliás, passou a dívida de longo prazo, a vinte anos, fruto desses dois instrumentos e que a amortização é para outros, portanto não se pode queixar, de facto, dessa situação. -----

----- Depois também está a receber claramente, queixa-se das taxas mas as taxas é um benefício e não um problema para o Município, as taxas poderão, eventualmente, vir a ser um problema para os Municípios que durante muitos anos tiveram a taxa mínima e que agora têm a taxa máxima fruto de situações que não têm só a ver com a gerência anterior mas, com as gerências que vieram do passado e que contraíram dívida e que deixaram dívidas no Município. -----

----- Portanto, a situação não é pior, não é mais difícil a situação é completamente diferente, é mais vantajosa e damos nota de que o Município neste momento e neste ano e meio de mandato apenas fez uma



gestão corrente parando, com toda a certeza, parando a atividade municipal praticamente. -----

----- O Município deu-se ao luxo até de não colher receita que tem a ver com água, que tem a ver com entradas desportivas, por exemplo e que aqui estão bem evidenciadas e por isso não se pode queixar porque se mais receita não tem é porque mais receita não quer, ou porque mais receita não é capaz de cobrar ou porque entendeu que isso em vez de ser um benefício para a Câmara deve ser um benefício para outros e, portanto, tudo bem. ----  
----- É isso que as contas dizem e, portanto, nós, não será este o motivo do voto contra mas, o voto contra é, exatamente, pelo facto de que não estamos de acordo com algumas situações que aqui estão espelhadas e que foram realizadas e que, a meu ver, não têm cobertura legal e refiro-me, exatamente, a algumas obras, por exemplo, que foram preteridas e outras que têm a ver com administração direta e que nem sequer vêm à Câmara Municipal, nem sequer vêm ao Executivo, e que obriga a que as obras por administração direta também tenham que ser aprovadas no Executivo. O Executivo não pode fazer uma política de quero, posso e mando, fazendo obras por administração direta que não são aprovadas em reunião de Câmara, portanto é esse o motivo deste nosso voto contra, portanto vamos proceder assim”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Eu tenho que esclarecer algumas coisas, antes de mais fala na legalidade, há aqui muita coisa atrasada que não foi feita na legalidade. Eu não quero falar, mas um dia destes pode ser que diga aqui alguma coisa. ---

----- Em questões de legalidade, se alguma coisa ilegal se fizer nesta Câmara é sem eu ter conhecimento, porque a todos estes senhores a primeira coisa que eu lhes disse foi, se eu pedir alguma coisa que vejam que não está correto vocês dizem que não se pode fazer porque eu nem quero o meu mal nem o deles, primeiro isso. -----

----- Em segundo lugar, os senhores quando assinaram o contrato do PAEL, assinaram um PAF que é o Plano de Ajustamento Financeiro onde constam os orçamentos, os investimentos, o montante da dívida, tudo aquilo que a partir de dois mil e treze tinha que ser feito. Ainda não foi há muitos dias que me ligou o Presidente da Comissão do FAM que estava lá preocupado porque a DGAL estava a pedir uma informação do Município de Freixo e porquê? Porque nesse plano de ajustamento já constava que em dois mil e catorze a Câmara só podia ter uma dívida de cerca de quinze milhões e ainda estava nos dezasseis milhões. -----



---

----- Portanto, a dívida da Câmara tem que descer conforme o plano que os senhores assinaram, não fui eu, foram os senhores que assinaram um plano de ajustamento financeiro. O plano foi feito para o PAEL ser aprovado e nós temos que o cumprir. -----

----- Em relação a investimentos estamos sujeitos, como já veio aqui o orçamento, àquilo que ficou no PAF, portanto, não fomos nós que pusemos a Câmara na situação em que está nem dependente disso, as coisas foram assinadas, foram assumidas e nós temos que continuar com elas, porque aquilo que nós estamos a fazer, os senhores se cá estivessem tinham que fazer a mesma coisa, não podiam fazer outra. -----

----- Quanto ao Overbooking eu vou-lhe dizer que a Câmara não ficou de fora, a Câmara apresentou sete candidaturas ao Overbooking e seis foram admitidas, agora falta vir a aprovação delas mas, seis foram admitidas, onde está uma para o equipamento do Museu e as outras cinco para ver se vamos buscar dinheiro que foi isso que me transmitiram em junho. O Eng. Carlos Duarte aconselhou a ir ao Overbooking para coisas que estivessem feitas e pagas, que era para o que se destinava, não para obras novas, eles bateram muito nisso e houve muita gente que candidatou obras novas que vamos ver se as conseguem fazer e nós das seis candidaturas cinco são para ver se conseguimos ir buscar dinheiro para pagar e termos alguma coisa com que nos governarmos, não é nada, não é nada, se tivermos a sorte de serem aprovadas são setecentos mil euros, portanto, Freixo não ficou de fora no Overbooking. Em sete serem seis admitidas acho que foi muito bom, admitidas que era o problema maior era na admissão, agora vamos ver o que é que aí vem. -----

----- O projeto da variante se está esquecido eu não o vi nem tenho conhecimento mas também não concordo muito porque a Vila não tem movimento e se vamos fazer uma variante ainda para tirarmos as poucas pessoas que passam por aqui então ficamos mesmo às moscas. -----

----- Em relação aos fundos, eles vieram evidentemente estavam para vir mas, nós só podemos contar com eles depois de os recebermos nunca antes porque entretanto pode haver muita coisa pelo meio pode correr mal e podemos não vir a receber se as coisas não estiverem bem feitas. -----

----- Em relação à água, havia um problema da água que já vem de há muitos anos, o E-faturação não estava a funcionar, não deveríamos ter parado tanto tempo, certo mas, foi preciso resolver o problema do E-faturação que não estava implementado. Os bancos há muito tempo que andavam a exigir que as coisas fossem feitas de outra maneira, tudo isso levou tempo, se calhar mais do que nós estávamos a pensar. Foi cobrado o



---

mês de abril e em relação aos bancos aquilo ainda não funcionava como deve ser, só passado para aí um mês ou mais é que ficou a funcionar o débito nas contas, agora já está tudo direitinho, vamos começar a cobrar. É evidente que foi receita que não entrou, vai entrar este ano. -----

----- Outra coisa, o PAEL e o Reequilíbrio não diminuíram a dívida da Câmara, portanto a Câmara não ficou melhor, só ficou em situação melhor em relação aos fornecedores, porque a dívida continua, passou de curto prazo para médio e longo prazo, ficou cá e o montante da dívida é que conta, porque é esse montante que está na DGAL e que nos exigem tudo e mais alguma coisa. -----

----- Em relação às taxas do IMI, pois, é bom para a Câmara mas, é um problema para as pessoas, um problema grande para as pessoas. -----

----- E quanto ao quero, posso e mando eu já lhe disse aqui uma vez, que se houve alguém que foi eu quero, posso e mando foram vocês não somos nós”. -----

----- Solicitou de seguida a palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente às ilegalidades nós estamos em desacordo relativamente a coisas que, eventualmente, foram abandonadas refiro-me nomeadamente em relação ao projeto da valorização do Centro Histórico e refiro-me exatamente àquilo que são as obras por administração direta que não podem ser uma vontade do Executivo e mais nada, quer dizer, muito bem vocês têm a maioria podem-nas aprovar mas têm uma obrigatoriedade de traze-las à reunião de Câmara, têm que ser aprovadas aqui em reunião de Câmara, independentemente e falo, por exemplo, os senhores fizeram aqui uma obra em frente à Câmara que nunca aqui veio à reunião de Câmara, nunca aqui veio à reunião de Câmara, portanto, isso está a ser feito por administração direta mas, não vou pressionar agora essa situação, porque não estamos em tempo disso, estamos a discutir as contas mas, é uma obrigatoriedade trazer aqui à reunião de Câmara e serem aprovadas em reunião de Câmara, porque a Câmara não são só os três do Executivo, embora sejamos oposição mas, nós fazemos parte do Executivo da Câmara e, portanto, nós temos que ter uma palavra, independentemente de ela ser a favor ou ser contra, claro que sabemos bem que temos minoria, no passado nós já tivemos maioria agora temos minoria mas, temos que ter conhecimento das coisas, não podemos deixar de ser informados e de dar a nossa opinião acerca das coisas e portanto isso é uma obrigatoriedade. -----

----- Relativamente à questão do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro não percebeu aquilo que eu disse. Eu percebo que o PAEL e o Reequilíbrio



---

Financeiro pagou dívida mas a dívida manteve-se, não é aí que está o problema, o problema está na facilidade que esses dois instrumentos trouxeram ao Executivo atual em que, a dívida foi diluída, a dívida que nós tínhamos em factorings em que pagávamos uma amortização grande em dois ou três anos, conforme o acordo de factoring em que tínhamos amortizações que penalizava a atividade da Câmara todos os dias, os senhores passaram a ter uma situação praticamente comoda em termos de pagamento de empréstimos porque em amortização em ano e meio, por exemplo, ainda não amortizaram praticamente nada, isso está aqui espelhado nas contas, as contas dizem a verdade, está aqui um mapa que diz exatamente qual foi o montante de amortização deste ano e meio de empréstimos relativamente ao PAEL e ao Reequilíbrio Financeiro em que os senhores só pagaram juros, amortização pagaram seis mil e tal euros, julgo que é isso e isso fez com que a dívida seja transferida para outros, é aquilo que eu digo. -----

----- Há dívida que só daqui a cinco anos é que começa a ser paga em termos de amortização e isso está aí espelhado, os senhores possivelmente nem sabem se vão pagar alguma dívida dessa, porque os senhores só têm um mandato de quatro anos, vamos ver o resto. -----

----- Portanto, os senhores ficaram com uma situação em termos de amortização de dívida completamente diferente daquela que nós tínhamos no passado, mais vantajosa e portanto não se podem queixar, foi isso que eu disse, foi isso que eu quis fazer valer, é que não se podem queixar do PAEL e do Reequilíbrio Financeiro porque isso não foi um mal, isso foi um bem para o Executivo e foi um bem para a gerência da Câmara porque ela era completamente difícil, foi aquilo que nós herdámos em dois mil e cinco em que herdámos uma dívida que tinha empréstimos a longo prazo mas, de difícil situação em termos de curto prazo e por isso tivemos que ir à procura de bancos e já disse isto várias vezes, à procura de bancos que não eram os bancos com quem a Câmara normalmente trabalhava, nomeadamente a Caixa Geral de Depósitos que já não emprestava um tostão à Câmara, o Banco Espírito Santo que também já não emprestava nada e as Caixas de Crédito que, eventualmente, estavam da mesma forma, portanto tivemos que ir saber do BPI, do BCP, da Caixa de Crédito Agrícola de Mogadouro que não tinha relação nenhuma com a Câmara e foi assim que se resolveu na altura o problema com os factorings que esses bancos nos concederam, embora que com amortização muito elevada, com juros mais baixos que estes que os senhores têm agora mas essa é a



---

realidade, por isso é que eu falo na questão de que o PAEL que veio aliviar e não veio trazer problemas, o PAEL e o Reequilíbrio. -----

----- Depois em relação ao IMI e à água, a água praticamente oito meses para se instalar um programa, ou para se resolver um problema de um programa em que os Munícipes todos eles estão ansiosos por saber o que é que vai acontecer porque se tiverem que pagar essa água a curto prazo vai ser difícil para eles, julgo que isso não pode acontecer mas, foi uma receita que a Câmara podia ter recebido e que deixou de receber, para além das entradas desportivas e outras que estão aí bem evidenciadas que se nota bem as diferenças entre dois mil e catorze e dois mil e treze, isso é visível nas contas. -----

----- O IMI toda a gente sabe que o problema da Câmara, o problema desta Câmara, pese embora muita gente queira fazer passar a mensagem de que o problema foram as obras, o problema desta Câmara não foram as obras, o problema desta Câmara foi a receita que não foi cobrada no passado e que deveria ter sido cobrada face áquilo que são as dificuldades de um Município pequeno como o Município de Freixo. -----

----- Como é que se pode conceber que o Município de Freixo se deu ao luxo de ter uma taxa de 0,2%, que é a taxa mínima, quando o Município de Moncorvo já tinha uma taxa máxima de 0,7% e, portanto o problema esteve exatamente nas diferenças de pagamento de água, os Munícipes não chegavam a pagar vinte e cinco por cento da água que consumiam e nós estamos à vontade em relação a isso porque nós até subimos a água duas vezes, até subimos o preço da água duas vezes e subíamo-lo porque entendíamos que de facto a Câmara estava a ter dificuldades graves com essa situação, para além disso era os resíduos sólidos e saneamento, taxas que, eventualmente, nunca cobriram a despesa e daí que nós quiséssemos resolver esse problema da diferença. -----

----- Mas há uma coisa que é importante senhora Presidente, a senhora se reparar aqui nestas contas também diz uma coisa engraçada é que a senhora em dois mil e catorze não conseguiu pagar os compromissos assumidos, portanto isto significa que o atual Executivo está a fazer completamente uma gestão corrente, não há nada de maravilha em relação à sua gestão, isso tem que ficar aqui bem claro. -----

----- Aquela mensagem que quer fazer passar para os Munícipes de que já pagou dois milhões e seiscentos mil euros isso não é a realidade, percebeu, isso fez passar essa mensagem à custa do recebimento de fundos comunitários, está aqui bem evidenciado e à custa dessa situação dos proveitos extraordinários e à custa também do recebimento das rendas das



---

Águas de Trás-os-Montes que nós nunca o fizemos, nós queríamos mais e lutávamos por mais e portanto mesmo com dificuldades não o recebemos. -  
----- Aquilo que, eventualmente, se quer fazer passar, isso nas contas não passa, aqui diz tudo, quem as souber analisar, quem olhar para elas como deve ser vê exatamente onde estão os problemas”. -----

----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Em relação à gestão corrente foi aquilo que eu disse, nós não iríamos poder fazer mais nada a não ser uma gestão corrente devido à situação do Município. -----

----- Os senhores andaram aqui oito anos, oito anos, a financiarem-se nos fornecedores, por isso teve aí tanta dívida para ir ao PAEL e ao Reequilíbrio, financiaram-se nos fornecedores. -----

----- Fora do PAEL e do Reequilíbrio ficou aqui quase um milhão e novecentos mil euros de dívida e nós já baixámos a dívida porque fazemos contenção e temos muito para pagar, portanto, é impossível com tanta dívida que aqui ficou fora do PAEL e do Reequilíbrio nós conseguirmos pagar tudo mas, as faturas espelham, o montante da faturação que está em dívida espelha isso, tem vindo sempre a descer e o problema é que tem mesmo que descer coisa que vocês não fizeram, vocês eram avisados pela DGAL de que o endividamento tinha que baixar e em vez de baixar subiam-no. -----

----- Em relação aos empréstimos, sim senhor fizeram os empréstimos, os Técnicos que trabalham no Município que digam os encargos que o Município tem com os funcionários e aquilo que paga de empréstimos são cerca de oitenta e quatro por cento, quando começar a amortização do tal que tem cinco anos de carência veja para onde é que vai, o que é que a Câmara faz quando chegar a essa altura então? O da Caixa já começou a ser amortizado. A dívida foi culpa de quem, não foi nossa mas vai ter que ser paga, quem é que aumentou a dívida, quem é que teve que ir ao PAEL e fazer tudo isso e porquê? -----

----- Se nós agora pudéssemos fazer a mesma coisa que vocês fizeram então continuávamos a aumentar a dívida e nós temos que a pagar e era isso que vocês também deveriam ter pensado um pouco quando vieram para cá. -----

----- Agora, como é que é possível, vocês tinham que reduzir à dívida e nem o “raio” do montante dos empréstimos contribuíram para baixar a dívida, que só a amortização dos empréstimos é bastante durante o ano, nem com isso vocês conseguiram fazer baixar à dívida. -----





---

----- Portanto, o que aumentava à dívida todos os anos cobria as amortizações em muito mais, não é preciso ver muito, andaram aqui não fizeram nada por amortizar a dívida anterior, pelo contrário foi sempre a aumentar. -----

----- Em relação às obras, as obras têm parte, porque a parte da Câmara é muito dinheiro para uma Câmara que não o tinha, ou não é? Mas o senhor também sempre disse que quem viesse de trás que fechasse a porta, pois, agora alguém tem que fechar a porta e tem que andar aqui e não pode fazer grande coisa, pois não, isso eu disse-o sempre, que não íamos poder fazer nada e tínhamos que trabalhar com o pessoal do Município porque não há volta a dar. -----

----- Em relação à valorização, ainda bem que desistimos da parte do cemitério, há muitos casos na CCDR, muitos e isto foi dito pelo Presidente da CCDR que fizemos bem porque havia muitos casos e acessos a cemitérios e isso não é permitido, não há dinheiro para cemitérios, nem para acessos a cemitérios, isto dito pelo Presidente da CCDR. Estava aprovado mas há muitos problemas com muita coisa aprovada na CCDR. --

----- Em relação à água é evidente que os Municípios não vão pagar a água toda de uma vez, iremos cobrar, possivelmente, dois meses de cada vez até acertar as coisas, e mais, vocês estiveram aqui oito anos aumentaram a água duas vezes em oito anos deviam ter aumentado mais vezes, agora vamos ser obrigados a aumentá-la muito mais de repente e as pessoas não estão habituadas a isso e vão ter que levar com os aumentos, por isso também se deveria ter feito mais alguma coisa. Também estiveram um ano sem cobrar a água, estiveram ou não estiveram?”. -----

----- Usou de novo da palavra o Vereador senhor José Manuel Caldeira Santos que referiu: “Relativamente àquilo que diz que nós estivemos aqui oito anos, se olhar para os mapas que estão aqui espelhados de dois mil e dez até dois mil e treze que é a nossa responsabilidade, vai ver que nós, e também se olhar para as contas de gerência de cada ano e isso era importante que o faça, vai ver que nós fomos muito mais responsáveis do que aquilo que a senhora está a dizer é que nós pagámos muito e também cortámos com muita coisa que achámos que era importante e se olhar para dois mil e doze, por exemplo, dois mil e doze foi um ano em que nós fizemos uma contenção extrema, aliás conseguimos resultados melhores que aqueles que a senhora está a apresentar em dois mil e catorze, as contas de gerência vieram para treze milhões que é aquilo que também está aqui em dois mil e catorze, mais ou menos, há apenas a diferença das obras,



---

parou com as obras, tudo bem mas, nós fizemos uma contenção muito forte à despesa em dois mil e doze e dois mil e treze. -----

----- Dois mil e treze foi o ano de facto em que, depois de termos ultrapassado o endividamento foi o ano em que tudo caiu em dois mil e treze e é essa a razão de dois mil e treze ter os valores que tem. -----

----- Portanto, nós tivemos mais responsabilidade que ninguém. Nós herdámos uma dívida estrondosa, nós conseguimos levar às costas, praticamente, o endividamento da Câmara de forma a que não entrássemos em incumprimento rapidamente porque se não ficaríamos com o problema que a senhora tem e ficaríamos logo em dois mil e cinco. Em dois mil e cinco, se nós em dois mil e seis fizéssemos transparecer tudo o que, eventualmente, vinha do passado da forma como tinha que ser, nós tínhamos ultrapassado o endividamento logo em dois mil e seis. -----

----- Agora é assim, a gestão tem que ser feita e cada um tem que a fazer da forma como encontra as coisas e portanto, nós fizemos daquela maneira porque achávamos que deveria ser assim, tivemos um grande resultado em termos de cativação de fundos comunitários, nós nunca perdemos um fundo comunitário, em oito anos, com as dificuldades que tínhamos nós nunca perdemos um fundo comunitário, conseguimos por este Concelho em termos de pavimentações, em termos de necessidades que eram prementes nas Freguesias, na Vila e isso está aí espelhado não vale a pena estarmos a bater nele, portanto, quando quer passar responsabilidade para a nossa parte isso não corresponde à realidade, os números estão cá. -----

----- Quando fala na questão do cemitério, o projeto não foi candidatado como cemitério, aliás isso foi-nos bem evidenciado, o projeto contemplava, efetivamente, algumas campas que foram as autorizadas mas, foram autorizadas, aquele projeto era um projeto de recuperação da envolvente do Castelo, da envolvente do cemitério existente, portanto, não há medo nenhum, nem há problema nenhum em assumir isso porque a CCDR aprovou-o e a CCDR aprovou-o com a nítida sensação de que estava a aprovar um projeto de recuperação de uma zona que era importante recuperar transformando-a num cemitério moderno, em que tinha que ser respeitado aquilo que o IPAR na altura exigiu, portanto foi o IPAR que aprovou esse projeto, foi o Eng. Morgado que o fez no GAT e que foi passado para menos de metade daquilo que, eventualmente, ele projetou, portanto estávamos completamente à vontade em relação a isso. -----

----- Senhora Presidente como vê nem tudo o que fumega é lume, é aquilo que está aqui, é a Vossa gestão e a nossa também que está aqui espelhada e nós assumimos a nossa e a senhora tem que assumir a sua”. -----



----- Usou de seguida da palavra a senhora Presidente da Câmara que referiu: “Só que nós estamos presos àquilo que vocês fizeram que é o dito PAF. Durante vinte anos é aquele Plano de Ajustamento Financeiro que vigora nesta Câmara e não podemos fugir dele e agora vou-lhe dizer mais uma coisa, para ir aos fundos é preciso poder ir, é preciso que possamos fazer investimentos e sabe o que é que vai acontecer, não temos dinheiro para isso mas, imagine que até tínhamos dinheiro que até conseguíamos poupar e até tínhamos dinheiro da parte da Câmara para podermos ir aos financiamentos, sabe em termos de orçamento o que é que vai acontecer é que tudo aquilo que queiramos fazer que esteja acima do que ficou previsto no PAF em cada ano vai comer nos anos seguinte. -----

----- A obra do Quartel da GNR, os quinhentos mil euros, já vai buscar orçamento aos anos seguintes para poder ser feita, portanto veja, se eu conseguir arranjar dinheiro e que faça obras vamos buscar os investimentos, podemos antecipar aquilo que está no PAF para vinte anos e dali para a frente fica lá zero, então é que ninguém vai fazer nada e isto por culpa de alguém que assinou aquilo, portanto já pode ver, se eu conseguir fazer alguma coisa quem vier a seguir não faz nada se não conseguirmos alterar a situação desta Câmara para podermos mexer naquele PAF, não vão fazer nada porque não vai ficar lá nada para poderem fazer porque é assim que funciona. -----

----- O global dos vinte anos, é ir lá buscar, é ir sempre buscar aos anos seguintes, portanto daqui a algum tempo pode não ficar lá nada para quem vier a seguir e, está aqui gente que sabe o que está lá escrito e que é assim que funciona porque foi isso que teve que ser feito já agora para a revisão do orçamento para podermos fazer o Quartel da GNR e não é obra feita com dinheiro da Câmara, o dinheiro vem de fora, nem sequer precisamos de ser nós a pô-lo, portanto isto é o que está aqui, não há volta a dar”. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores José Manuel Caldeira Santos e Pedro Miguel de Sá Mora, aprovar o documentos de prestação de contas e relatório de gestão relativos ao ano de dois mil e catorze, mais deliberando ainda submeter a presente proposta à discussão e votação da Digníssima Assembleia Municipal. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa



---

e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram doze horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Fernando Augusto Xambre Pires, Técnico Superior do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Técnico Superior